



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude - CAOPIJ

Ofício Circular nº 011/2021 – CAO-IJ

Recife, 11 de agosto de 2021.

Excelentíssimo(a)s Senhore(a)s Promotore(a)s,

Cumprimentando-os, o Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude, em atenção ao Aviso PGJ nº 20/2021, que tem por objetivo atender solicitação do Conselho Nacional do Ministério Público - SEI Nº 19.20.0137.0009989/2021-69, encaminha o Parecer Técnico nº 02/2021, contendo o mapeamento dos Planos Estadual e Municipais de Atendimento Socioeducativo de Pernambuco, atualizados até 10 de agosto de 2021 (data de resposta), conforme informações encaminhadas pelas Promotorias de Justiça do Estado.

No ensejo, esclarece que qualquer informação em complementação aos dados enviados deverá ser encaminhada diretamente à Subprocuradoria em Assuntos Institucionais, órgão responsável por essa demanda.

Por fim, ressalta a importância dos Planos de Atendimento Socioeducativo dos municípios constarem dos seus respectivos sítios/páginas institucionais, garantindo, além da ampla publicidade, a continuidade na sua execução.

Atenciosamente,

Luiz Guilherme da Fonseca Lapenda
Promotor de Justiça
Coordenador do CAOPIJ-MPPE



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da
Juventude – CAOIJ

PARECER TÉCNICO nº 02/2021

Assunto: Mapeamento atualizado dos Planos Estadual e Municipais de Atendimento Socioeducativo de Pernambuco.

Objeto: Aviso PGJ nº 020/2021, em consideração ao Ofício nº 52/2021/CIJE-CNMP, requisita novas informações sobre a implementação e elaboração dos Planos de Atendimento Socioeducativo no Estado e nos Municípios de Pernambuco, tomando por base Parecer Técnico CAOPIJ nº 07/2019.

Responsável: Gilberto Lucio da Silva. Analista Ministerial em Psicologia. Matrícula nº 178510-9.

I. IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

Em atenção aos termos contidos no SEI Nº 19.20.0137.0009989/2021-69, havidos por força do Ofício nº 52/2021/CIJE-CNMP, ante as informações prestadas no Parecer Técnico CAOPIJ nº 07/2019, foi publicado o Aviso PGJ nº 020/2021, determinando a apresentação de novas informações sobre a implementação e elaboração dos Planos de Atendimento Socioeducativo no Estado e nos Municípios de Pernambuco.

Elaborado em atenção ao Ofício ATMAD nº 207/2019, o Parecer Técnico CAOPIJ nº 07/2019 atendeu solicitação de atualização das informações contidas nos dados anteriormente recepcionados pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CJI/CNMP), no mês de março de 2019.

Destaque-se, por oportuno, que o mapeamento da implantação dos Planos Municipais de Atendimento Socioeducativo (PMASE) realizado no biênio 2018-2019, integrou o Projeto CAOPIJ nº 001/2015. O resultado anteriormente alcançado contou com o apoio das Coordenações das Circunscrições Ministeriais, além de receber dados produzidos pela Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude de Pernambuco (SDSCJ/PE).

II. METODOLOGIA

Em cumprimento ao determinado no Aviso PGJ nº 020/2021, a equipe do CAOPIJ recebeu e cadastrou o conteúdo e documentação anexa de 93 (noventa e três) respostas, encaminhadas pelas Circunscrições Ministeriais e pelas Promotorias de Justiça, entre os dias 02 e 06/08/2021.

Importante registrar que, em atenção ao Aviso PGJ nº 020/2021, foi encaminhada Ciranda de Notícias nº 10/2021, com Ofício Circular CAOPIJ nº 010/2021, contendo CHECKLIST elaborado por esta equipe, de modo a contribuir na implantação dos planos. Material este, que já havia sido anteriormente divulgado (Ciranda de Notícias nº 08/2021), e está disponível na página administrada pelo CAOPIJ no portal institucional.

Ao passo em que eram cadastradas as respostas recebidas, iniciou-se a inserção dos dados em planilha Excel, na qual consta listagem com os nomes de todos os 184 municípios de Pernambuco, além do Distrito de Fernando de Noronha, e as seguintes categorias sobre a situação dos PMASEs:

- Implantado – Quando as informações indicavam que o PMASE se encontrava efetivamente construído, publicado, implantado e em execução;
- Em construção – Quando as informações fornecidas por Promotorias de Justiça, Circunscrições Ministeriais, em geral amparadas por documentação oficial do gestor municipal ou rede socioassistencial da comarca, permitiam concluir que o PMASE estava em fase de elaboração;
- Em monitoramento – Registro de Procedimentos Administrativos, Recomendações e Inquéritos Cíveis instaurados junto às Prefeituras Municipais, para adequação da atenção socioeducativa ofertada pelo Município aos parâmetros estabelecidos na legislação vigente;
- Informação negativa – Revelando apenas que o PMASE não existia; e
- Não informado – Quando não ocorria retorno da Promotoria de Justiça.

Computados os dados, estes foram submetidos à checagem do acervo de documentação anteriormente recepcionada (2018-2019), mantida nas pastas de rede do CAOP Infância e Juventude, totalizando 1866 documentos, e a integração e revisão dos novos documentos (175 arquivos, entre teor de e-mails e anexos salvos em pasta específica).

Constatou-se que o percentual de municípios adimplentes na tarefa em apreço foi ampliado. Entretanto, algumas respostas colhidas anteriormente, que sinalizavam positivamente para a implantação do PMASE, em especial aquelas contidas no Ofício nº 16 /2019 – SDSCJ/SEASS/GGSS, de 18 de outubro de 2019, com a lista dos municípios que já teriam concluído os seus planos até o mês de abril de 2019, entraram em contradição com alguns dos dados mais recentes, obtidos pelas Promotorias de Justiça em diversas comarcas.

Doutra banda, o Aviso PGJ nº 020/2021, como havia sido informado à Subprocuradora-Geral de Justiça em Assuntos Institucionais, em resposta à solicitação encaminhada, em 06/08/2021, não incluiu alguns municípios com pendências apontadas no Parecer CAOPIJ nº 07/2019, com destaque para os seguintes: 4ª. Circunscrição – Venturosa (sem informações); 5ª. Circunscrição – Canhotinho (sem informações); 14ª. Circunscrição – Tacaratu (sem informações), Triunfo (sem informações), Santa Cruz da Baixa Verde (sem informações); Distrito de Fernando de Noronha (sem informações).

Saliente-se que o Plano Estadual Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Pernambuco – 2015-2024, referência para a implantação dos planos municipais, está em execução, e disponível para consulta em: <https://www.sigas.pe.gov.br/files/05202019041251-pedas.final.pdf>.

Os resultados aqui apresentados expressam a situação mais recentemente colhida, a qual, em princípio, caracteriza-se por ser uma “fotografia” mais precisa e mais atual, a partir da realidade encontrada pelas Promotorias de Justiça em cada contexto.

III. RESULTADOS

a) Um total de 164 comarcas (88,64%) do Estado informou sobre o andamento da implantação do PMASE, caracterizados em: Implantado (86), em construção (15), em monitoramento pelo MPPE (63), não implantado (02) e sem informações (19).

A distribuição das respostas por Circunscrição foi tabelada, conforme se segue:

Implantação dos Planos Municipais de Atendimento Socioeducativo em Pernambuco – agosto/2021																		
Circunscrição/ Distrito	Capital	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV	Fernando de Noronha	Total	
Sem informação	-	0	0	4	1	1	3	0	0	0	0	0	0	1	8	1	19	
Informação negativa	-	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	
Em construção	-	0	0	0	0	3	1	0	0	1	5	5	0	0	0	0	15	
Em monitoramento	-	12	4	3	5	6	4	4	4	3	2	8	2	2	4	0	63	
Implantado	1	4	3	6	7	12	9	7	9	4	6	6	7	1	4		86	
Total de municípios	1	16	7	13	14	22	18	12	13	8	13	19	9	3	16	1	185	

Obs.: Os “termos” em cada Circunscrição Ministerial são contabilizados como município em separado, o qual deve apresentar PMASE próprio, sob a responsabilidade do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e do Poder Executivo local.

b) Detalhando a situação de cada Circunscrição Ministerial, verificam-se, a partir dos dados disponíveis, que 18 (dezoito) municípios e um distrito não encaminharam informações sobre a implantação do PMASE (10%), quais sejam:

Região	Municípios
3ª Circunscrição Ministerial	Carnaíba (Quixaba), Itapetim (Brejinho)
4ª Circunscrição Ministerial	Venturosa
5ª Circunscrição Ministerial	Canhotinho
6ª Circunscrição Ministerial	Altinho, Tacaimbó, Taquaritinga do Norte
12ª Circunscrição Ministerial	Pombos
14ª Circunscrição Ministerial	Belém de São Francisco (Itacuruba), (Carnaubeira da Penha), Petrolândia (Jatobá), Tacaratu, Triunfo (Sta. Cruz da Baixa Verde)
Distrito	Fernando de Noronha

c) 02 (dois) municípios não alteraram a informação de que o PMASE não foi implantado (1,08%), conforme listagem a seguir:

Região	Municípios
4ª Circunscrição Ministerial	Sanharó
6ª Circunscrição Ministerial	Riacho das Almas

d) 15 (quinze) municípios (8,1%) estão com o PMASE em andamento/elaboração, segundo informações atualizadas, apresentadas pelas Promotorias de Justiça competentes, a saber:

Região	Municípios
5ª Circunscrição Ministerial	Caetés, Saloá (Paranatama)
6ª Circunscrição Ministerial	Sairé
9ª Circunscrição Ministerial	Goiana
10ª Circunscrição Ministerial	Condado, Ferreiros, Itambé, Tracunhaém, Vicência
11ª Circunscrição Ministerial	Limoeiro, (Lagoa do Carro), Feira Nova, Lagoa de Itaenga, Vertentes

e) 63 (sessenta e três) municípios são acompanhados pelo MPPE, com registro de Procedimentos Administrativos, Recomendações e Inquéritos Cíveis para garantir a implantação do PMASE (34,05%), conforme dados disponíveis:

Região	Municípios
1ª. Circunscrição Ministerial	Araripina, Bodocó (Granito), Exu, Ipubi, Moreilândia, Parnamirim, Serrita (Cedro), Terra Nova, Trindade, Verdejante
2ª. Circunscrição Ministerial	Afrânio (Dormentes), Cabrobó, Orocó
3ª Circunscrição Ministerial	(Santa Terezinha), Sertânia, Tabira
4ª Circunscrição Ministerial	Alagoinha, (Tupanatinga), (Manari), Poção, São Bento do Una
5ª Circunscrição Ministerial	Angelim, Bom Conselho (Terezinha), Capoeiras, Jurema, São João
6ª Circunscrição Ministerial	Cachoeirinha, Camocim de São Félix, Cupira, Toritama
7ª Circunscrição Ministerial	Catende, Lagoa dos Gatos, Quipapá (São Benedito do Sul)
8ª Circunscrição Ministerial	Barreiros, Escada, Gameleira, Sirinhaém
9ª Circunscrição Ministerial	Abreu e Lima, Igarassu, Itamaracá
10ª Circunscrição Ministerial	Nazaré da Mata, Itaquitinga
11ª. Circunscrição Ministerial	Bom Jardim (Machados), Cumaru, (Salgadinho), Santa Maria do Cambucá (Frei Miguelinho),

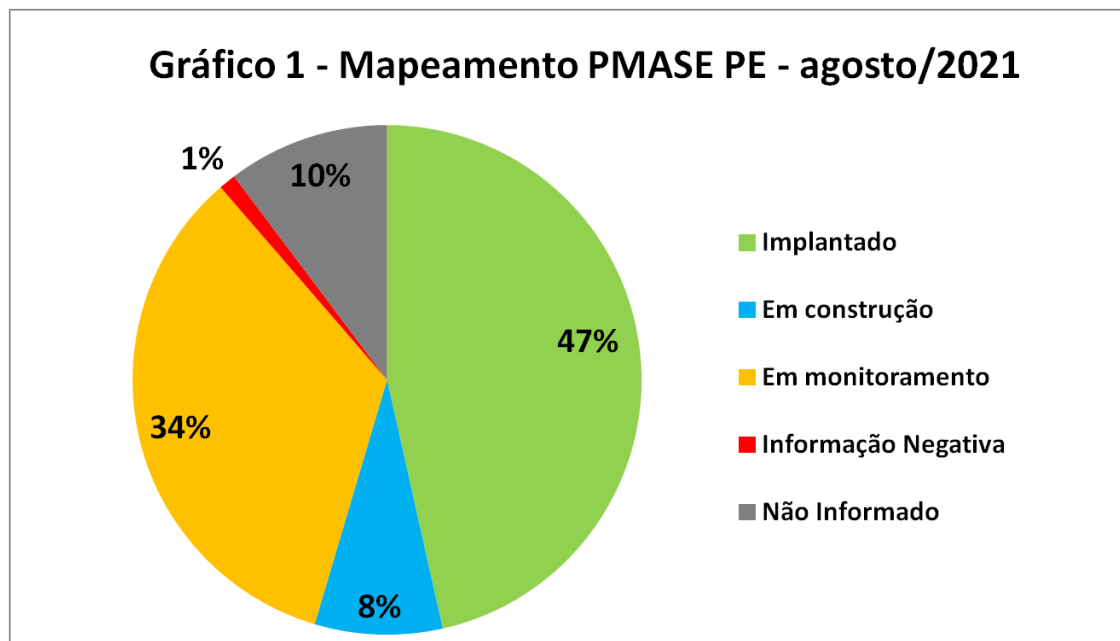
	Surubim, (Vertente do Lerio)
12ª Circunscrição Ministerial	Glória do Goitá (Chã de Alegria)
13ª Circunscrição Ministerial	Camaraçibe, São Lourenço da Mata
14ª Circunscrição Ministerial	Custódia, (Calumbi), Mirandiba, São José do Belmonte

f) 86 (oitenta e seis) municípios estão com o PMASE implantado (46,48%), conforme listagem abaixo:

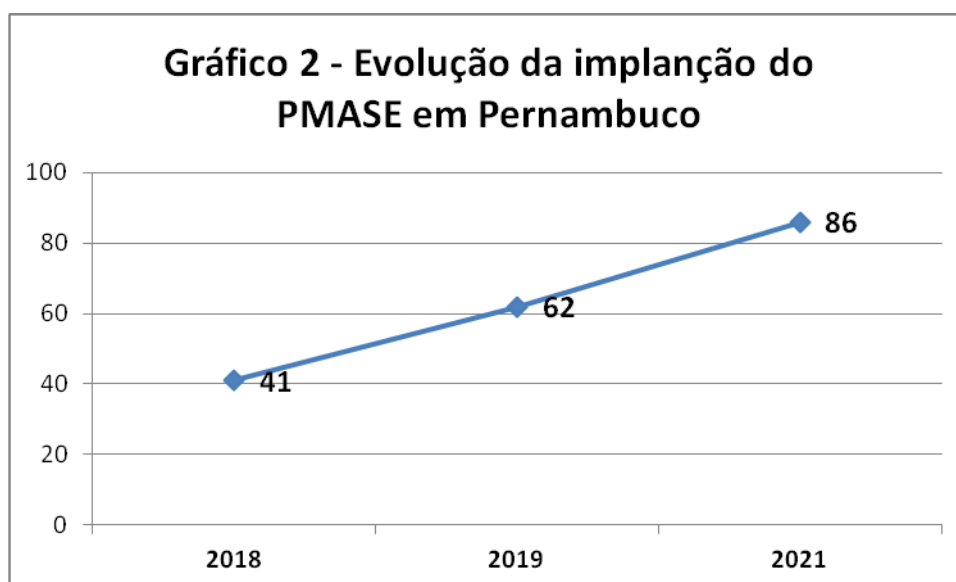
Região	Municípios
Capital	Recife
1ª Circunscrição Ministerial	Salgueiro, Ouricuri (Santa Cruz), (Santa Filomena)
2ª Circunscrição Ministerial	Petrolina, Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista
3ª Circunscrição Ministerial	Afogados da Ingazeira (Iguaraci), São José do Egito, (Solidão), Tuparetama (Ingazeira)
4ª Circunscrição Ministerial	Arcoverde, Belo Jardim, Buíque, Ibimirim, Inajá, Pedra, Pesqueira
5ª Circunscrição Ministerial	Garanhuns, Águas Belas, Brejão, Calçado, Correntes, Iati, Itaíba, Jupi (Jucati), Lagoa do Ouro, Lajedo, Palmerina
6ª Circunscrição Ministerial	Caruaru, Agrestina, Bezerros, Brejo da Madre de Deus, Ibirajuba, Jataúba, Panelas, Santa Cruz do Capibaribe, São Caetano
7ª Circunscrição Ministerial	Palmares, Água Preta (Xexéu), Belém de Maria, Joaquim Nabuco, Maraial (Jaqueira)
8ª Circunscrição Ministerial	Cabo de Santo Agostinho, Amaraji, Cortês, Ipojuca, Primavera, Ribeirão, Rio Formoso, São José da Coroa Grande, Tamandaré
9ª Circunscrição Ministerial	Olinda, Araçoiaba, Itapissuma, Paulista
10ª Circunscrição Ministerial	Aliança, Buenos Aires, (Camutanga), Macaparana, São Vicente Ferrer, Timbaúba
11ª Circunscrição Ministerial	Carpina, João Alfredo, Orobó, Passira, Paudalho, (Casinhas)
12ª Circunscrição Ministerial	Vitória de Santo Antão, Bonito (Barra de Guabiraba), Chã Grande, Gravatá, Moreno, São Joaquim do Monte
13ª Circunscrição Ministerial	Jaboatão dos Guararapes
14ª Circunscrição Ministerial	Serra Talhada, Betânia, Flores, Floresta

IV. ANÁLISE DOS DADOS

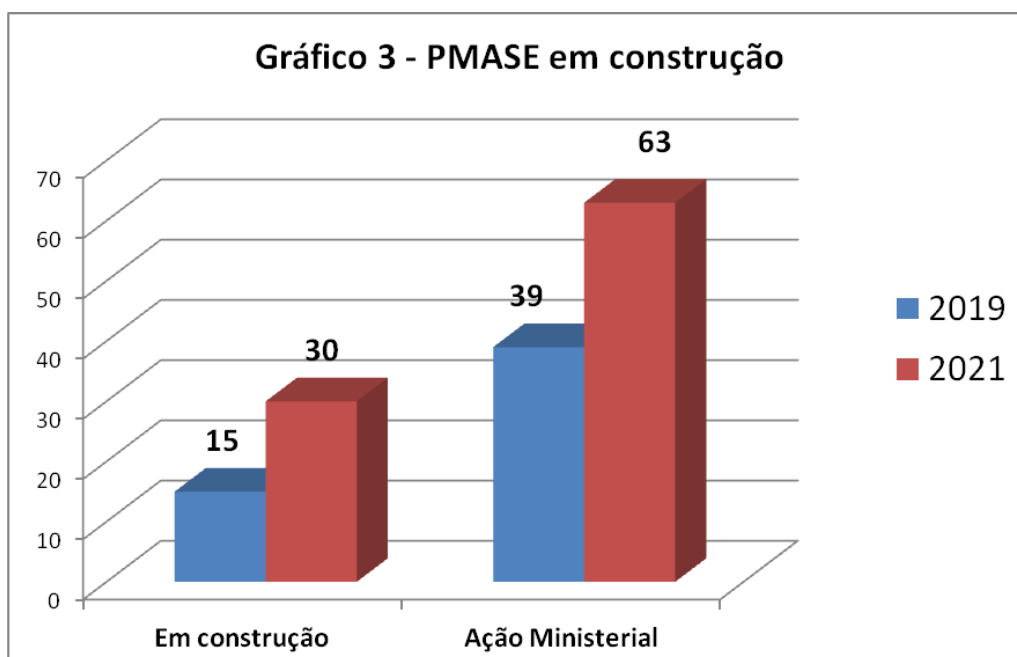
Com base nos dados disponibilizados até 06/08/2021, elaborou-se o gráfico 1, que apresenta a situação atual da implantação dos Planos Municipais de Atendimento Socioeducativos em Pernambuco:



Em comparação com o período anteriormente observado, quando os parâmetros preconizados pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), com a implantação do PMASE, haviam sido atendidos em 33,51% das comarcas estaduais, na atualidade, estes planos foram efetivados em 46,48% dos municípios pernambucanos (Gráfico 2).



Ressalte-se a expressiva utilização de procedimentos de monitoramento pelas Promotorias de Justiça. Um total de 93 (noventa e três) municípios, cerca de 50%, está em processo de implantação do PMASE, sendo que dois terços são objeto de intervenções formais.



V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atendimento ao Aviso PGJ nº 020/2021 permitiu retomar o trabalho de articulação institucional, pautado, em princípio, nas ações de indução e acompanhamento das Promotorias de Justiça competentes para garantir a elaboração dos PMASEs, na condição de órgão auxiliar da atividade funcional do Ministério Público, mas, de igual modo, alicerçado na coleta de dados atualizados que proporcionaram um mapeamento mais fidedigno da implantação das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (MSMA) em Pernambuco.

Atente-se que o mapeamento ora apresentado se deteve basicamente no conjunto de dados quantitativos, não sendo possível uma avaliação qualitativa dos documentos coletados no momento. Esta avaliação mais minuciosa exigiria distinguir em pormenor as características de cada contexto, em que medida os PMASEs implantados ou em construção espelham os critérios de adequação à legislação de regência, que vão desde a própria constituição democrática da Comissão Intersetorial paritária, que inclui

representantes indicados pelo poder executivo municipal e membros do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), até o estabelecimento de um plano de ação, que identifique metas contextualizadas, ações de curto, médio e longo prazo, e os parceiros responsáveis pelo alcance de cada uma das metas.

É importante salientar que 86,95% dos 184 municípios têm comprovado estarem atentos à demanda, restando 20 (vinte) municípios e o Distrito de Fernando de Noronha que ainda não apresentaram informações atualizadas sobre o tema, podendo provê-las oportunamente.

Uma questão a ser enfrentada é a exigência de comprovação documental das informações quanto à existência do PMASE “concluído e aprovado pelo Conselho”, vez que emergiram inconsistências entre o levantamento da Gerência Geral do Sistema Socioeducativo/SDSCJ-PE, fornecida ao CAOPIJ (Ofício nº 16/2019 – SDSCJ/SEASS/GGSS), e a realidade ora encontrada pelas Promotorias de Justiça em algumas localidades. De posse da documentação comprobatória, seria possível evitar situações em que, passados dois anos, surge a negativa de localização do PMASE nos registros oficiais da comarca. Como exemplo, em um dos municípios do sertão, o PMASE havia sido entregue ao CAOPIJ em 2019, mas o executivo local negava sua existência ou não conseguia encontrá-lo. A cópia mantida nos arquivos do CAOPIJ foi remetida à Promotoria de Justiça competente.

Não obstante os progressos alcançados mantém-se a imperiosa necessidade de garantir a continuidade das ações em andamento, a ampliação da troca de informações com a SDSCJ-PE, e a identificação das medidas efetivadas, com destaque para a comprovação do alcance das metas e indicadores.

Atenciosamente,

Recife, 10 de agosto de 2021.



Analista Ministerial - Mat 188.625-8
Gilberto Lucio da Silva